

ADMINISTRADOR

LEIA AS INSTRUÇÕES COM ATENÇÃO

- A prova terá duração de **4 horas**.
- O candidato deverá utilizar caneta esferográfica de material transparente, de **tinta preta**.
- O candidato deverá verificar se o Caderno de Questões está **completo**, sem falhas de impressão ou grampeamento. Em qualquer uma das situações citadas, comunicar e solicitar ao fiscal a devida substituição, **antes da realização da prova**.
- Durante a aplicação da prova, o candidato deverá manter na carteira, **exclusivamente** documento de identificação, caneta de material transparente de tinta preta, Cartão-Resposta e Caderno de Questões.
- O candidato deverá transcrever as respostas da prova para o Cartão-Resposta, que será o único documento válido para a correção.
- O preenchimento do Cartão-Resposta é de inteira responsabilidade do candidato, que deverá proceder conforme as instruções contidas nele e na capa do Caderno de Questões
- **Não haverá substituição** do Cartão-Resposta.
- O candidato não poderá amassar, molhar, dobrar, rasgar, manchar ou, de qualquer modo, danificar o seu cartão-resposta, sob pena de arcar com os prejuízos advindos da impossibilidade de realização do processamento eletrônico do mesmo.
- A saída do candidato será permitida decorridos 60 (sessenta) minutos do início da prova, após entregar seu Cartão-Resposta, sem levar consigo o Caderno de Questões ou algum tipo de anotação de suas respostas.
- Será permitido ao candidato levar consigo o Caderno de Questões desde que permaneça na sala até 30 minutos antes do término da prova.

Este Caderno de Provas é formado por 50 questões:

Disciplina		Peso
Língua Portuguesa	10	2
Legislação	10	2
Conhecimentos Específicos	30	2

Texto para as questões 01 a 03

A importância da Ética no ambiente de trabalho

Hoje, no Dia Internacional da Ética, reafirmamos a importância desse valor em todas as áreas de uma empresa. A ética no ambiente de trabalho envolve a adoção de valores e princípios, como a honestidade, transparência, respeito mútuo, integridade, garantias de direitos, responsabilidade socioambiental, entre outros que orientam as relações entre colaboradores e a empresa, assim como entre a empresa e seus clientes, fornecedores e a sociedade em geral.

Muitas empresas enfrentam desafios éticos no ambiente de trabalho, como assédio moral e sexual, discriminações, corrupção e o desrespeito às leis trabalhistas. Nesse cenário, é essencial que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica e valorativa do conceito, mas que sejam proativas na promoção de uma cultura ética no ambiente de trabalho. Isso significa, principalmente, adotar medidas de prevenção, bem como desenvolver mecanismos para denunciar e combater todo e qualquer tipo de violação de direitos (dentro e fora da empresa).

Um dos aspectos fundamentais da ética no ambiente de trabalho é a promoção do trabalho decente. Isso envolve oferecer condições adequadas de trabalho, com respeito às normas de segurança e saúde ocupacional, assim como garantir remuneração justa e condições de trabalho dignas e livres de discriminações e violências. Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação, bem como valorizar e reconhecer o trabalho realizado pelos colaboradores.

O conceito de trabalho decente foi criado pela Organização Internacional do Trabalho (OIT) em 1999 e, desde então, tem sido adotado por várias organizações e empresas ao redor do mundo. O objetivo do conceito é promover condições de trabalho justas e dignas para todas as pessoas, contribuindo para o desenvolvimento social, econômico, sustentável e principalmente, para a redução da pobreza.

Tal discussão merece destaque, uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho

escravo em 2023, recorde para um 1º trimestre em 15 anos. Só no ano de 2022 mais de 2,5 mil pessoas foram resgatadas do trabalho análogo à escravidão no Brasil, sendo que o número de pessoas nessa condição subiu para 127% em relação a 2019[1]. E por trabalho escravo, nós temos que é todo trabalho forçado, com jornadas exaustivas, condições degradantes, remunerações incompatíveis e outras violações de direitos, ferindo o princípio e o valor da ética, que apesar de tantos avanços conceituais sobre e o quanto esse conceito está presente nos princípios e valores empresariais, ainda presenciemos uma contradição ao analisarmos as severas violações de direitos cometidas por empresas.

Nesse aspecto, em que há um aumento das desigualdades sociais, ambientais e econômicas, refletidas nos números alarmantes de resgates de trabalho análogo a escravidão e outras violações de direitos (Brasil é o 9º país mais desigual do mundo), é imprescindível que a ética (somada a outros princípios), assegure na prática, o respeito à vida e a promoção da dignidade humana para todas as pessoas. Mas, outros esforços precisam co-existir, como o aprimoramento dos mecanismos de compliance, que são fundamentais para a garantia do cumprimento das leis e regulamentos relacionados às leis trabalhistas e determinações internacionais.

Para implementar esses mecanismos, as empresas devem estabelecer políticas e procedimentos claros, realizar auditorias (em especial, a due diligence em direitos humanos) e monitoramentos para avaliar o cumprimento das leis e normas, bem como estabelecer canais de denúncia para que os funcionários, funcionárias e toda a comunidade envolvida na cadeia de valor, possam reportar eventuais violações.

Disponível em: <https://www.ethos.org.br/opinioes-e-analises/a-importancia-da-etica-no-ambiente-de-trabalho/>. Acesso em: 27 ago. 2026.

1. Analise as assertivas abaixo sobre a classificação das orações subordinadas em trechos do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...mecanismos de compliance, **que são fundamentais para a garantia do cumprimento**

das leis...", a oração destacada é classificada como subordinada adjetiva explicativa.

II. Na passagem "...é essencial **que as empresas não só dialoguem na perspectiva axiológica...**", a oração em negrito exerce a função de sujeito da oração principal, sendo, portanto, uma subordinada substantiva subjetiva.

III. No segmento "...**uma vez que o Brasil resgatou 918 vítimas de trabalho escravo...**", a oração introduzida pela locução conjuntiva destaca uma consequência, classificando-se como subordinada adverbial consecutiva.

IV. No trecho "...estabelecer canais de denúncia **para que os funcionários [...] possam reportar eventuais violações.**", a oração destacada indica a finalidade da ação principal, classificando-se como subordinada adverbial final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) I e II
- b) III e IV
- c) I, II e III
- d) II e IV
- e) I, II e IV

2. Analise as assertivas abaixo sobre o emprego e a classificação de conectivos subordinados em trechos adaptados do texto "A importância da Ética no ambiente de trabalho":

I. No trecho "...valores e princípios **que** orientam as relações...", a palavra destacada é uma conjunção subordinada integrante, pois introduz uma oração que completa o sentido de um substantivo.

II. Na passagem "...é essencial **que** as empresas não só dialoguem...", a palavra em destaque é uma conjunção subordinada integrante, responsável por introduzir uma oração subordinada substantiva.

III. No segmento "...**uma vez que** o Brasil resgatou 918 vítimas...", a locução conjuntiva em destaque é classificada como subordinada condicional, pois impõe uma condição para a discussão merecer destaque.

IV. No trecho "...**para que** os funcionários [...] possam reportar eventuais violações", a locução destaca uma finalidade, sendo classificada como uma conjunção (locução) subordinada final.

Está(ão) CORRETA(S) apenas a(s) assertiva(s):

- a) II e IV
- b) I e II
- c) I, II e III
- d) III e IV
- e) II, III e IV

3. No trecho "Além disso, o trabalho decente também implica oferecer oportunidades de desenvolvimento profissional, treinamento e capacitação...", a regência da forma verbal "implica" está em conformidade com a norma-padrão da língua portuguesa. Sobre esse fenômeno gramatical, assinale a alternativa CORRETA:

- a) No sentido de "acarretar" ou "gerar consequência", o verbo deve ser seguido da preposição "em", constituindo um objeto indireto.
- b) O verbo é transitivo direto, o que justifica a ausência de preposição antes do complemento "oferecer oportunidades".
- c) Trata-se de um verbo bitransitivo (transitivo direto e indireto), exigindo obrigatoriamente a preposição "a" para o seu segundo complemento.
- d) A gramática normativa prescreve que, no sentido empregado no texto, o verbo "implicar" seja sempre acompanhado pela preposição "com".
- e) Por ser um verbo de ligação no contexto apresentado, o termo que o sucede deve ser classificado como predicativo do sujeito.

Texto para as questões 04 a 06

Ética não é opinião, nem circunstância

Você já ouviu falar em "*Ethical fading*"? Segundo o filósofo Mário Sérgio Cortella, a ética consiste em um conjunto de valores e princípios, uma espécie de juiz interno que regula três forças importantes de nossa vida: o querer, o poder e o fazer.

Enfrentamos uma batalha constante entre estas três forças. Este julgamento dinâmico interno não se relativiza a partir de nossa opinião e sim está conectado, relacionado aos valores e princípios da sociedade / comunidade na qual estamos inseridos. “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”.

Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade. A todo momento, novas complexidades se somam ao dicionário de princípios e valores, daí a dificuldade na tomada de decisão com foco em comportamento “ético”.

De uma maneira geral, as grandes crises e fraudes corporativas, tais como *Enron*, *WorldCom*, *Petrobras* na Lava-jato e, mais recentemente, o caso *Americanas*, entre tantas outras, não nasceram de grandes rupturas com os princípios éticos vigentes e sim de pequenos atos de permissividade, muitas vezes, no limite do que é legal. Isto acontece, na verdade, na nossa rotina diária. “A cada decisão, consultamos nosso juiz interno, que regula nosso querer, poder e fazer e aí então tomamos a decisão mais alinhada com nossos princípios e valores”. No entanto, sob pressão excessiva, liderança ausente ou ineficiente, cultura organizacional orientada ao resultado de curto prazo e não a criação de valor sustentável, os aspectos técnicos e materiais de nossas decisões podem fazer com que os aspectos éticos desvanescam ou simplesmente desapareçam de vista. Denominamos esse processo de “*ethical fading*”, traduzível para português como o apagamento da ética.

Nesse modelo mental, pessoas aparentemente éticas encontram razões para contornarem seus princípios intrínsecos e tomarem decisões que podem colocar suas carreiras e mesmo suas empresas em risco. Considerações como “todos fazem isso”; “faremos somente desta vez”; “não é ilegal”; “os fins justificam os meios”; “tenho apoio total de meu gestor” ou “nesta empresa isso é normal” são sintomas claros de que o “*ethical fading*” está se instalando no processo decisório individual e corporativo. E o que é pior: esse processo tende a ser evolutivo. As pessoas acabam se sentindo confortáveis com pequenas concessões e, com o tempo, as transgressões se acumulam. Por fim, acabam destruindo carreiras e até mesmo empresas.

“Cabe à liderança disseminar e garantir a aplicação do conceito de que as circunstâncias e opiniões pessoais não devem ser colocadas acima dos princípios éticos”. Cabe a cada profissional zelar pela integridade de suas decisões, sejam elas de que magnitude forem. Aqui vale a máxima de que a ocasião não faz o ladrão, simplesmente o torna visível.

Na dúvida vale a pena seguir o pensamento do filósofo alemão Immanuel Kant (1724–1804), um dos principais pensadores do Iluminismo, com grande foco na ética e metafísica: “Tudo o que não puder contar como fez; não o faça! Se há razões para não contar; há para não o fazer.”

Cuide para que o “*ethical fading*” não invada sua mente e, se você ocupa uma posição de liderança, cuide para que sua organização não seja tolerante com este terrível inimigo, mesmo quando estão em jogo os resultados e a performance de curto prazo. Não faça concessões fatais.

Jorge Sant’Anna é diretor-presidente e cofundador da BMG Seguros e membro do Conselho de Administração da Associação Brasileira de Bancos.

Disponível em: <https://revista.istoedinheiro.com.br/etica-nao-e-opinio-nem-circunstancia>. Acesso em: 20 ago. 2026.

4. No trecho “A nossa opinião sobre o que é certo ou errado se subordina de certa forma às regras da comunidade...”, o acento indicativo de crase antes de “as regras”:

- a) É opcional, uma vez que a expressão “as regras” encontra-se no plural.
- b) Justifica-se porque toda palavra feminina deve ser precedida de crase, quando exerce função de objeto.
- c) Justifica-se em virtude da expressão “de certa forma”, que exige a presença da preposição a.
- d) Não obedece à norma culta da linguagem escrita predominante no texto.
- e) Ocorre porque o verbo “subordinar-se” é regido pela preposição a, que se funde ao artigo definido feminino plural as, que antecede a palavra regras.

5. Considere o trecho:

“Tais regras, princípios e valores se alteram com o tempo, jurisdição e estágio de evolução da própria sociedade”

A palavra “tais” estabelece uma relação com informações apresentadas anteriormente no texto, contribuindo para a progressão temática e para a coesão textual. Analise as afirmativas abaixo:

I. “Tais” é um advérbio de intensidade que modifica os substantivos “regras”, “princípios” e “valores”, indicando o grau em que essas características se apresentam.

II. “Tais” é um pronome demonstrativo empregado com função anafórica, pois retoma elementos anteriormente mencionados no texto, funcionando como recurso de referenciação e contribuindo para a coesão textual.

III. A expressão “tais”, referindo-se a regras, princípios e valores, retoma o conjunto de princípios e valores mencionado anteriormente, evitando uma repetição desnecessária e estabelecendo um elo coesivo entre as partes do texto.

Considerando sua função morfológica e discursiva, está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) III, apenas.
- d) I e II, apenas.
- e) II e III, apenas.

6. O texto apresenta estruturas que representam depoimentos, como as que ocorrem em:

“... às regras da comunidade que participamos, da empresa que trabalhamos, por exemplo”

Considerando o gênero textual, o suporte em que o texto foi publicado, os interlocutores envolvidos e o tema discutido, é conveniente e adequado que seja empregada a linguagem culta, de acordo com

a norma-padrão da língua escrita. No entanto, em relação ao trecho destacado acima, verifica-se:

- a) A ocorrência de construções diferentes daquelas prescritas pela norma-padrão, comprovando que o autor do texto, nos trechos que marcam depoimentos, desconhece a língua.
- b) Usos linguísticos recorrentes na fala podem diferir da variedade formal prescrita pela norma-padrão da escrita, sem que isso signifique ausência de regras na variedade utilizada.
- c) É indiferente à variedade da língua empregada no texto, uma vez que se trata de depoimento, sendo, portanto, desnecessário o emprego de regência, de acordo com a variedade da norma culta escrita.
- d) O trecho descaracteriza a norma padrão culta da língua, uma vez que o autor deveria ter ajustado a construção para “às regras da comunidade de que participamos, da empresa em que trabalhamos”.
- e) Não apresenta qualquer problema quanto à norma culta da língua escrita, haja vista se tratar de um texto totalmente oralizado.

Texto para a questão 07



Disponível em: https://www.linkedin.com/posts/richarduchoa_trabalhe-duro-e-voc%C3%AAA-chegar%C3%A1-1-%C3%A1-mas-ningu%C3%A9m-share-7287054027870101504-199j/. Acesso em: 23 ago. 2026.

7. Analise os itens relacionados ao trecho “Pessoas bem-sucedidas também chegam lá: burnout”, no que refere à produção de sentido e assinale a alternativa CORRETA.

I. A expressão “chegar lá” pode ser associada à ideia de alcançar o sucesso, atingir objetivos ou conquistar uma posição desejada. Entretanto, a palavra “*burnout*”, introduzida após os dois-pontos, provoca uma reinterpretação dessa expressão.

II. O enunciado mobiliza um discurso socialmente difundido, segundo o qual pessoas bem-sucedidas “chegam lá”, mas subverte essa expectativa, ao fazer “*burnout*” ocupar o lugar do destino. Desse modo, a referência de “lá” é ressignificada pelo contexto, produzindo ironia e crítica ao modelo de sucesso associado à pressão e ao excesso de trabalho.

III. O termo “*burnout*” funciona apenas como sinônimo de “sucesso”, reforçando positivamente a expressão “pessoas bem-sucedidas”.

IV. A construção do trecho não apresenta discursos socialmente compartilhados, pois seu sentido pode ser compreendido exclusivamente pela análise morfológica de seus termos.

Está CORRETO o que se afirma em:

- a) I, apenas.
- b) II, apenas.
- c) I e II, apenas.
- d) II e III, apenas.
- e) I, III e IV, apenas.

Texto para a questão 08

O serviço público como motor de mobilidade social no Brasil

Em um país de desigualdades profundas, o serviço público sempre foi mais do que uma estrutura administrativa, sendo um dos raros caminhos capazes de promover verdadeira mobilidade social. Por meio do concurso público, o Brasil construiu um modelo que permite que o mérito e o esforço individual superem as barreiras impostas pela origem social. Enquanto o mercado de trabalho privado ainda depende fortemente de redes de contato, capital inicial ou oportunidades

concentradas em grandes centros, o concurso público oferece um caminho claro e impessoal. É uma política de Estado que abriu portas para milhões de brasileiros que, pela via tradicional, dificilmente teriam alcançado estabilidade financeira e reconhecimento profissional.

Nas últimas décadas, essa forma de ingresso permitiu que o Estado brasileiro se tornasse mais plural e representativo. Filhos de agricultores, de servidores, de operários e de trabalhadores informais encontraram no estudo a possibilidade de mudar de vida e, ao mesmo tempo, de servir ao país. Carreiras como magistério, segurança pública, auditoria fiscal e gestão administrativa são exemplos de como o serviço público abriga histórias de superação e ascensão baseadas no mérito.

A estabilidade e o plano de carreira, frequentemente mal interpretados como privilégios, são na verdade instrumentos que asseguram autonomia e continuidade. Eles garantem que o servidor possa exercer sua função com independência técnica, sem se submeter a pressões políticas ou mudanças de governo. A estabilidade é também o que torna essas carreiras atrativas para pessoas de diferentes origens, oferecendo segurança e perspectiva em um país em que a informalidade ainda atinge cerca de 40% da população economicamente ativa.

A valorização do servidor, portanto, não é apenas uma questão corporativa. É uma política pública de combate à desigualdade. Ao dar previsibilidade e dignidade a quem serve ao Estado, o serviço público contribui para reduzir as distâncias sociais e fortalecer as instituições.

Nos últimos anos, no entanto, esse modelo tem sido alvo de propostas que, sob o argumento da modernização, podem alterar profundamente sua lógica de mérito e estabilidade. A mais emblemática delas é a Reforma Administrativa (PEC 38/2025), que prevê mudanças estruturais no regime de vínculos e carreiras.

[...]

Mais do que discutir custos e estruturas, é preciso compreender o papel social que o serviço público cumpre na formação de um país mais justo. Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação. Preservar o concurso e a estabilidade é preservar

essa promessa de mobilidade, de dignidade e de progresso que o serviço público sempre simbolizou para o povo brasileiro.

Disponível em: <https://cnsf.org.br/artigos/o-servico-publico-como-motor-de-mobilidade-social-no-brasil>. Acesso em: 15 ago. 2026.

8. Em relação à construção morfossintática do trecho “Ele não apenas sustenta políticas públicas, mas também representa um projeto de nação que reconhece o valor do esforço individual e da educação como caminhos de transformação”, é CORRETO afirmar que:

- a) A estrutura “não apenas... mas também” estabelece uma relação de oposição, uma vez que a segunda oração é iniciada pela conjunção “mas”.
- b) O termo “também” funciona como conjunção coordenativa aditiva e estabelece, sozinho, a relação de adição entre as duas orações.
- c) A expressão “mas também” constitui uma estrutura correlativa de valor aditivo, articulando as ações expressas pelos verbos “sustenta” e “representa”.
- d) A expressão “mas também” fere as prescrições da gramática normativa, sendo completamente incomum e inadequada ao gênero textual produzido para a questão.
- e) Em “não apenas..., mas também...”, a conjunção “mas” mantém obrigatoriamente seu valor adversativo, de oposição, ainda que esteja associada ao advérbio “também”.

Texto para as questões 09 e 10

A disseminação acelerada de modelos de linguagem como o ChatGPT nos ambientes escolares instalou um diagnóstico que se repete com variações mínimas entre professores, gestores e formuladores de políticas públicas: os alunos estão terceirizando seus trabalhos, redigindo ensaios com um comando de voz e resolvendo exercícios com a colagem de enunciados em interfaces de inteligência artificial. À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa.

No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta

um mal-estar muito anterior e muito mais estrutural, que diz respeito ao fim (telos) do próprio trabalho escolar.

A educação básica institucional, ao organizar-se como transmissão de um repertório fixo de dados, fórmulas, datas, nomes e classificações, converteu o ato de aprender em uma sequência previsível de operações de memorização e reprodução cujo significado raramente é interrogado pelos próprios sujeitos do processo.

Esse modelo, que o educador Paulo Freire já criticava na década de 1960, chamando-o de ‘educação bancária’, é evidentemente muito anterior à inteligência artificial. Mas opera, na prática, também como um algoritmo. Que estabelece um circuito fechado de depósito, arquivamento e devolução de informações, onde muitas vezes o aprendizado real não se faz presente.

Aprendizado ‘decoreba’: o antecessor da IA

Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa. Estudantes fogem do estudo como o diabo foge da cruz. Antes da IA, já existiam a cópia de textos da internet, trabalhos feitos por colegas (ou até por profissionais), a “cola” nas provas e outras estratégias para conseguir aprovação sem ter real familiaridade com o conteúdo ensinado.

Mesmo entre os alunos que não recorrem a esses meios, muitos não compreendem de fato o que respondem nas avaliações, pois se limitam a decorar as informações que serão cobradas. Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova.

Disponível em: theconversation.com/ia-nas-escolas-evidencia-precariedades-ja-existentis-da-educacao-mas-pode-ser-oportunidade-de-mudanca-288883 Acesso em: 22 ago. 2026.

9. Com base nos elementos constitutivos desse texto, como forma de composição, tema e estilo, identificamos que ele tem características de:

- a) Resenha, por avaliar um tema de importância social.
- b) Notícia, por apresentar informações sobre um tema contemporâneo.

- c) Artigo de opinião, por fazer uma reflexão sobre um tema de importância social.
- d) Relato, por apresentar experiências e depoimentos do autor sobre um tema social.
- e) Crônica, por fazer uma análise objetiva de um tema contemporâneo.

10. Estabelece uma relação de oposição a expressão destacada na seguinte alternativa:

- a) "À primeira vista, isso parece configurar uma epidemia de preguiça intelectual e desonestidade acadêmica em massa."
- b) "No entanto, uma investigação mais detida revela que o alarme em torno da tecnologia oculta um mal-estar muito anterior"
- c) "Assim, o uso da inteligência artificial pelos alunos para realizar tarefas escolares não deveria causar surpresa."
- d) "Mas opera, na prática, também como um algoritmo."
- e) "Nesse tipo de aprendizado “decoreba”, é comum o estudante esquecer o que “aprendeu” logo depois da prova."

11. Marcos é Servidor Público Federal ocupante do cargo de Pedagogo no Instituto Federal do Piauí (IFPI) - Campus Teresina Central. Ele atua na comissão organizadora de um grande congresso acadêmico promovido pelo IFPI. Durante a execução de suas atribuições, ocorreram os seguintes fatos: fora do seu expediente e em sua rede social de uso pessoal, ele criticou um servidor da instituição, apontando que a conduta do profissional maculava a imagem do IFPI. Durante a execução do evento planejado pela comissão, ao identificar uma falha na emissão dos certificados, Marcos omitiu o erro dos estudantes atendidos para cumprir uma determinação verbal do seu chefe imediato, que ordenou que o problema fosse escondido temporariamente "para não tumultuar o setor". Denunciado à Comissão de Ética do IFPI por descumprimento do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal (Decreto nº. 1.171/1994), a comissão concluiu que ambas as condutas caracterizaram infrações éticas.

Com base na norma citada, assinale a alternativa que indica CORRETAMENTE a análise ética dos fatos e a penalidade aplicável pela Comissão de Ética.

- a) Diante do descumprimento de deveres e das ofensas ao colega, a Comissão de Ética do IFPI deverá aplicar a Marcos a penalidade disciplinar de advertência por escrito.
- b) A omissão de Marcos não configura falta ética, pois o dever funcional de obediência às ordens superiores prevalece sobre a obrigatoriedade de prestar a verdade aos administrados.
- c) Ambas as condutas configuram falta ética e, comprovadas as infrações, a Comissão de Ética do IFPI é o órgão competente para aplicar a Marcos exclusivamente a pena de censura.
- d) O cumprimento de ordem superior afasta a responsabilidade ética de Marcos, restando infração apenas na conduta em rede social, a qual deve ser punida com a pena de suspensão.
- e) A publicação em rede social particular não viola o Código de Ética, visto que os deveres deontológicos do servidor se limitam ao tempo e ao espaço físico do exercício do cargo público.

12. Beatriz, com 24 anos de idade, trabalha há mais de cinco anos como técnica administrativa em uma empresa local em Piri-piri. Apesar de ter vasta experiência prática acumulada na área, ela não concluiu o Ensino Médio na idade própria por razões econômicas. Interessada em formalizar e expandir seus conhecimentos, Beatriz buscou o Instituto Federal do Piauí (IFPI) para ingressar em um curso regular de Educação Profissional Técnica de Nível Médio, solicitando o aproveitamento de sua vivência de trabalho para dispensa de disciplinas e prosseguimento de estudos.

Com base estrita nas disposições da Lei nº. 9.394/1996 (LDB), assinale a alternativa que indica o tratamento CORRETO a ser dado ao pedido de Beatriz.

- a) Beatriz poderá ingressar no curso técnico apenas se for aprovada em exame de aceleração de estudos voltado a alunos com distorção idade-série.
- b) A legislação educacional proíbe a certificação de conhecimentos informais obtidos no mercado de trabalho para evitar a equiparação entre a formação acadêmica e a prática profissional.
- c) O pedido de Beatriz deve ser indeferido de plano, pois a LDB exige a apresentação do certificado formal de conclusão do Ensino Médio para qualquer modalidade de ingresso em cursos técnicos de nível médio.
- d) A dispensa de disciplinas e o aproveitamento de saberes práticos na Educação Profissional são restritos exclusivamente aos alunos regularmente matriculados no Ensino Superior.
- e) O conhecimento e a experiência profissional adquiridos por Beatriz no trabalho poderão ser objeto de avaliação, reconhecimento e certificação pelo IFPI para fins de prosseguimento de estudos.

13. Sobre a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, e as disposições previstas na Lei nº. 11.892/08, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A Rede é composta por Institutos Federais,

Universidade Federal Tecnológica do Paraná, Centros Federais de Educação Tecnológica, Escolas Técnicas Vinculadas às Universidades Federais e Colégio Pedro II, todos com natureza jurídica de autarquia.

b) Os Institutos Federais têm por finalidade a oferta de educação profissional e tecnológica, em todos os seus níveis e modalidades, formando e qualificando cidadãos com vistas na atuação profissional nos diversos setores da economia, com ênfase no desenvolvimento socioeconômico local, regional e nacional.

c) Os Institutos Federais têm por objetivo ministrar em nível superior, estritamente, cursos de tecnologia, licenciatura, bacharelado e pós-graduações *stricto sensu*.

d) Os órgãos superiores dos Institutos Federais são o Colégio de Dirigentes e o Conselho Superior, sendo o primeiro presidido por membro eleito entre seus pares e o segundo presidido pelo Reitor.

e) As Reitorias são os órgãos executivos dos Institutos Federais e a sua subdivisão em Pró-Reitorias varia conforme o Regimento Interno de cada unidade, podendo contemplar no máximo 5 e no mínimo 2 Pró-Reitorias.

Leia o texto para a questão 14

Ministério Público vai investigar entrada de PMs armados em escola de SP após denúncia sobre desenho de orixá

Investigação vai apurar atuação de policiais militares na EMEI Antônio Bento após um policial militar, pai de uma aluna, acionar a corporação por causa de uma atividade sobre cultura afro-brasileira. Caso ocorreu em novembro de 2025 e mobilizou 12 PMs, um deles com um fuzil.

(...)

O episódio ocorreu em 11 de novembro de 2025, quando o pai de uma aluna de 4 anos acionou a Polícia Militar alegando que a filha estaria sendo obrigada a participar de uma "aula de religião africana" após fazer um desenho com o nome da orixá Iansã. Posteriormente, a Secretaria da Segurança Pública confirmou que o homem é soldado da Polícia Militar da ativa.

(...)

Disponível em: < <https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2026/07/31/ministerio-publico-vai-investigar-entrada-de-pms-armados-em-escola-de-sp-apos-denuncia-sobre-desenho-de-orixa.ghml>>. Acesso em: 27 de ago. de 2026.

14. Com base na discussão apresentada na matéria e nas previsões dispostas na Lei nº 9.394, de 20/12/1996. é CORRETO afirmar que:

a) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é facultativo, portanto os responsáveis pelos alunos devem dar a anuência para que o(s) filho(s) possam participar das aulas que tratem especificamente sobre esse tema.

b) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena compunha o Projeto Político Pedagógico da escola citada na matéria, contudo as instituições de ensino básico não são obrigadas a incluir o tema.

c) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é obrigatório nas escolas públicas de ensino fundamental e médio, sendo facultativo para as instituições de ensino privadas.

d) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena deve abordar conteúdos referentes à história e cultura desses povos e serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de educação artística e de literatura e história brasileiras.

e) O ensino da história e da cultura afro-brasileira e indígena é de abordagem obrigatória apenas nas escolas públicas federais, uma vez que a Lei nº 9.394/96 trata-se de uma legislação federal.

15. Sobre as comissões de ética na Administração Pública Federal, conforme previsão do Código de Ética Profissional do Servidor Público Civil do Poder Executivo Federal, é CORRETO afirmar:

a) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional, ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e

com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

b) Em todos os órgãos e entidades exclusivamente da Administração Pública Federal direta ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

c) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura, advertência e demissão.

d) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar, aconselhar e apurar sobre a ética profissional do servidor e terceirizados, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

e) Em todos os órgãos e entidades da Administração Pública Federal indireta autárquica e fundacional ou em qualquer órgão ou entidade que exerça atribuições delegadas pelo poder público, deverá ser criada uma Comissão de Ética, encarregada de orientar e aconselhar sobre a ética profissional do servidor e usuários dos serviços, no tratamento com as pessoas e com o patrimônio público, competindo-lhe conhecer concretamente de imputação ou de procedimento susceptível de censura.

16. A Lei nº. 8.112/1990 dispõe sobre o regime jurídico dos servidores públicos civis da União, das autarquias e das fundações públicas federais.

Considerando o que prevê a lei sobre as licenças que podem ser concedidas ao servidor, assinale a alternativa INCORRETA.

a) É vedado o exercício de atividade remunerada durante o período da licença por motivo de doença em pessoa da família.

b) Poderá ser concedida licença ao servidor para acompanhar cônjuge ou companheiro que foi deslocado para outro ponto do território nacional, para o exterior ou para o exercício de mandato eletivo dos Poderes Executivo e Legislativo.

c) O servidor terá direito a licença, com remuneração, durante o período que mediar entre a sua escolha em convenção partidária, como candidato a cargo eletivo, e a véspera do registro de sua candidatura perante a Justiça Eleitoral.

d) Após cada quinquênio de efetivo exercício, o servidor poderá, no interesse da Administração, afastar-se do exercício do cargo efetivo, com a respectiva remuneração, por até três meses, para participar de curso de capacitação profissional.

e) A critério da Administração, poderão ser concedidas ao servidor ocupante de cargo efetivo, desde que não esteja em estágio probatório, licenças para o trato de assuntos particulares pelo prazo de até três anos consecutivos, sem remuneração.

17. A Lei nº. 11.091, de 12 de janeiro de 2005, dispõe sobre a estruturação do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, no âmbito das Instituições Federais de Ensino vinculadas ao Ministério da Educação.

De acordo com as disposições da Lei. nº 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) O cargo de Técnico em Educação possui nível de classificação E, com atribuições voltadas para o exercício de atividades

técnicas, administrativas e logísticas, relativas à execução das competências constitucionais e legais a cargo das Instituições Federais de Ensino.

b) O concurso para o ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação poderá ser realizado por áreas de especialização, organizado em 1 (uma) única fase, bem como incluir curso de formação, conforme dispuser o plano de desenvolvimento dos integrantes do Plano de Carreira.

c) O ingresso nos cargos do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação ocorrerá no padrão inicial do respectivo nível de classificação, mediante concurso público apenas de provas escritas, observados os requisitos de ingresso estabelecidos na respectiva lei e suas alterações posteriores.

d) Nível de classificação é o conjunto de funções gratificadas - FG, classificados a partir do requisito de escolaridade, nível de responsabilidade, conhecimentos, habilidades específicas, formação especializada, experiência, risco e esforço físico para o desempenho de suas atribuições.

e) Plano de carreira é o conjunto de princípios, diretrizes e normas que regulam o desenvolvimento profissional dos servidores titulares de cargos que integram determinada carreira, constituindo-se em instrumento de gestão do órgão ou entidade.

18. Platão, servidor público do Plano de Carreira dos Cargos Técnico-Administrativos em Educação, nível de classificação E, pretende requerer a sua primeira progressão funcional por mérito após 12 meses de efetivo exercício no Instituto Federal Alfa. Para tanto, apresentou pedido formal junto ao setor responsável no âmbito desse Instituto Federal.

De acordo com as disposições da Lei nº. 11.091/2005, e suas alterações posteriores, é CORRETO afirmar que:

a) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente,

acontece a cada dezoito meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

b) Não será concedida, tendo em vista que a progressão funcional por mérito, decorrente da obtenção pelo servidor de certificação em programa de capacitação, compatível com o cargo ocupado, deve respeitar o interstício de cinco anos de efetivo exercício e cumprida a carga horária mínima em ações de desenvolvimento na carreira.

c) Não será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito, mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, deve ocorrer apenas após o fim do estágio probatório e desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

d) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o padrão de vencimento imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

e) Será concedida, tendo em vista que a progressão por mérito é a mudança para o nível de classificação imediatamente subsequente, a cada doze meses de efetivo exercício, desde que o servidor apresente resultado fixado em programa de avaliação de desempenho.

19. A respeito das disposições que regulam os processos administrativos, conforme a Lei nº. 9.784/1999, e suas alterações posteriores, assinale a alternativa CORRETA.

a) O recurso administrativo não tem efeito suspensivo, ainda que exista justo receio de prejuízo de difícil ou incerta reparação decorrente da execução da decisão administrativa.

b) O órgão competente para decidir o recurso poderá confirmar, modificar, anular ou revogar, total ou parcialmente, a decisão recorrida, se a matéria for de sua competência. Se a decisão puder decorrer gravame à situação do recorrente, este deverá ser cientificado, sendo-lhe vedado apresentar novas alegações.

c) Os processos administrativos de que resultem sanções aos administrados poderão

ser revistos, a qualquer tempo, a pedido ou de ofício, quando surgirem fatos novos ou circunstâncias relevantes suscetíveis de justificar a inadequação da sanção aplicada, não podendo resultar agravamento da sanção.

d) Quando for necessária a prestação de informações ou a apresentação de provas pelos interessados ou terceiros, serão expedidas intimações para esse fim, mencionando-se no ato a data, prazo, forma e condições de atendimento. Não sendo atendida a intimação, poderá o órgão competente, sob pena de perecimento da prova, perigo de dano ou risco de ineficácia da decisão administrativa, requerer ao Poder Judiciário a condução coercitiva do interessado.

e) Quando deva ser obrigatoriamente ouvido um órgão consultivo, o parecer deverá ser emitido no prazo máximo de quinze dias, salvo norma especial ou comprovada necessidade de maior prazo. Se um parecer obrigatório e vinculante deixar de ser emitido no prazo fixado, o processo não terá seguimento, devendo ser arquivado, responsabilizando-se quem der causa ao atraso.

20. A escola Alfa decide implantar pedagogicamente uma plataforma de gamificação para auxiliar os professores no processo de alfabetização. A plataforma, criada e gerenciada por uma empresa estrangeira, permite que os alunos acumulem pontos e troquem por “caixas premiadas” virtuais que contêm bônus aleatórios, sem que o aluno saiba o conteúdo exato antes da abertura dessas caixas.

Baseado nas disposições do Estatuto Digital da Criança e do Adolescente (Lei n. 15.211/2025), a funcionalidade descrita:

a) Caracteriza-se como caixa de recompensa (*loot boxes*), vedada expressamente em jogos eletrônicos direcionados a crianças e a adolescentes ou de acesso provável por eles, nos termos da respectiva classificação indicativa.

b) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja previamente conhecido e autorizado pelos pais ou responsáveis legais, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

c) Constitui-se como um instrumento pedagógico válido, desde que seja passível de fiscalização pelo Ministério Público e autoridade policial, condicionado ao tratamento prévio dos dados das crianças e adolescentes.

d) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação direcionado a crianças e a adolescentes permitido legalmente, desde que garanta a proteção prioritária e o melhor interesse da criança ou adolescente.

e) Trata-se de um serviço de tecnologia da informação legalmente válido, desde que utilize mecanismos de segurança amplamente reconhecidos, que possibilitem à família e aos responsáveis legais prevenir o acesso e o uso inadequado por crianças e adolescentes.

CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

21. Uma instituição pública aplicou a técnica de matriz GUT para decidir a ordem de priorização de quatro problemas administrativos. Durante a aplicação, convencionou-se que, em caso de empate, a Gravidade do problema seria critério preponderante. Foram obtidos os seguintes valores:

PROBLEMA	GRAVIDADE	URGÊNCIA	TENDÊNCIA
I	4	3	3
II	4	3	4
III	3	4	5
IV	5	3	3

Antes das ações de intervenção, novas informações surgiram:

I. O prazo disponível para solucionar o problema I foi reduzido, requerendo atuação imediata, elevando para 5 a pontuação do critério correspondente.

II. Uma avaliação técnica evidenciou que, caso o problema II não seja solucionado, as consequências serão mais graves que o inicialmente estimado, elevando para 5 a pontuação do critério correspondente.

III. A mesma avaliação técnica indicou que o problema III deverá se agravar mais lentamente que o esperado, reduzindo para 3 o critério correspondente.

IV. Não houve alterações no problema IV.

Considerando os critérios estabelecidos e o método de priorização da matriz GUT, a ordem de prioridade deve ser:

- a) I, II, IV e III
- b) II, I, IV e III
- c) II, IV, I e III
- d) I, IV, II e III
- e) I, III, II e IV

22. Considerando o conceito de competências essenciais, de Prahalad e Hamel (1990), e o

modelo VRIO, de Barney (1995), assinale a alternativa CORRETA.

- a) A raridade é uma condição necessária nas duas abordagens. No entanto, apenas o conceito de competências essenciais exige que a organização esteja estruturada para explorar estrategicamente os recursos.
- b) A diferença fundamental entre as duas abordagens consiste no objeto de análise, uma vez que as competências essenciais se aplicam às capacidades organizacionais, e o modelo VRIO aplica-se aos recursos organizacionais.
- c) O critério de contribuição para benefícios percebidos pelos clientes, nas competências essenciais, corresponde integralmente ao critério de valor no modelo VRIO, razão pela qual são critérios equivalentes.
- d) As duas abordagens consideram explicitamente a dificuldade de imitação como relevante para a vantagem competitiva, mas apenas o modelo VRIO considera explicitamente como critérios a raridade e organização para exploração dos recursos e das capacidades.
- e) As abordagens são intercambiáveis, visto que uma capacidade que atenda aos critérios de competências essenciais necessariamente atende aos critérios do modelo VRIO.

23. Em uma auditoria interna realizada no setor de gestão patrimonial de uma Instituição Federal de Ensino Superior, constatou-se um elevado volume de bens armazenados no almoxarifado aguardando destinação, além de inconsistências entre o sistema de controle patrimonial eletrônico e os registros físicos de bens enviados para manutenção. Para regularizar a situação à luz das normas gerais aplicáveis à Administração Pública Federal (Decreto nº 99.658/1990, alterado pelo Decreto nº 6.087/2007) e das boas práticas de gestão de materiais, analise os itens a seguir e julgue-os como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F):

() A doação de bens móveis inservíveis enquadra-se como uma modalidade de alienação (operação de transferência do direito de propriedade), sendo permitida para órgãos públicos, autarquias

e entidades filantrópicas de utilidade pública, desde que fundamentada em razões de interesse social e após a avaliação de sua oportunidade e conveniência frente a outras formas de alienação.

() A movimentação interna de um bem que envolva a transferência gratuita de sua posse e a alteração da responsabilidade pelo seu uso entre órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica ou fundacional caracteriza o instituto jurídico da Alienação por Permuta.

() O processo de saneamento ou baixa patrimonial consiste no ato administrativo de desincorporação e exclusão do bem do acervo patrimonial da instituição, devendo ocorrer somente após a efetiva concretização do desfazimento do bem e autorização expressa do dirigente competente; uma vez baixado, o número de tombamento/patrimônio correspondente pode ser imediatamente reutilizado para a identificação de um novo bem adquirido.

() A inutilização e o abandono de materiais irrecuperáveis, cuja alienação seja inviável ou inconveniente, dependem de justificativa, autorização da autoridade competente e formalização mediante Termos de Inutilização ou de Justificativa de Abandono, devendo ainda observar as normas e legislações vigentes relativas ao descarte sustentável de resíduos sólidos e proteção ao meio ambiente.

A sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo, é:

- a) V – F – F – V
- b) V – V – F – F
- c) F – V – V – F
- d) F – F – V – V
- e) V – F – V – F

24. A Lei nº 14.133/2021 reuniu e unificou o sistema sancionatório aplicável à inexecução dos contratos administrativos. O Administrador do IFPI, ao estruturar o Manual de Gestão e Fiscalização de Contratos da instituição, precisa parametrizar a aplicação das penalidades contratuais e seus respectivos alcances jurídicos/temporais conforme

a gravidade das infrações cometidas pelas contratadas.

Com base na Lei nº. 14.133/2021, associe CORRETAMENTE a modalidade de sanção/ mecanismo prevista na Coluna I com a sua respectiva caracterização, abrangência ou limite legal constante na Coluna II:

Coluna I

1. Advertência
2. Multa
3. Impedimento de licitar e contratar
4. Declaração de Inidoneidade

Coluna II

() Sanção aplicável que impede o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do respectivo ente federativo que aplicou a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos.

() Sanção de maior gravidade que impede o apenado de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos (União, Estados, DF e Municípios), pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos.

() Sanção aplicável exclusivamente nas hipóteses de inexecução parcial do contrato, desde que não resulte em grave dano à Administração e não se justifique a imposição de penalidade mais severa.

() Sanção de caráter pecuniário com limite percentual mínimo de 0,5% e máximo de 30% sobre o valor do contrato, cuja forma de cálculo deve estar expressamente prevista no edital ou contrato.

Associe os itens da Coluna I com a Coluna II e assinale a ÚNICA alternativa com a sequência CORRETA:

- a) 3 – 4 – 1 – 2
- b) 4 – 3 – 1 – 2
- c) 3 – 4 – 2 – 1
- d) 2 – 1 – 4 – 3
- e) 1 – 2 – 3 – 4

25. O Comitê de Governança do Instituto Federal do Piauí (IFPI) realizou um seminário sobre a modernização da gestão pública e o papel dos órgãos de fiscalização. Em sua palestra, o auditor-chefe tratou da relação bidirecional entre inovação e controle da Administração Pública. Durante o debate sobre o uso de big data, inteligência artificial, participação cidadã por aplicativos e os riscos do excesso de controle ("Direito Administrativo do medo"), foram formuladas quatro proposições para análise técnica:

I. A relação entre inovação e controle é bidirecional: por um lado, o surgimento de novas tecnologias e ideias transforma os métodos e a eficiência da fiscalização; por outro, a intensidade e a postura das instâncias de controle impactam positiva ou negativamente a capacidade de a Administração inovar e praticar o experimentalismo.

II. O uso de novas tecnologias (como mineração de dados, processamento de texto e inteligência preditiva) pelos órgãos de controle externo amplia o poder de detecção de irregularidades e a capacidade de atuação preventiva, ao passo que aplicativos móveis e portais de transparência viabilizam o controle social e o controle prévio por meio do incremento da participação cidadã nas decisões públicas.

III. De acordo com a análise do "Direito Administrativo do medo", a exacerbação e a multiplicidade de órgãos de controle atrelados a uma visão estrita de legalidade geram um cenário de ineficiência pelo controle, em que gestores públicos, acuados e temerosos de sanções pessoais, desistem de adotar soluções inovadoras ou heterodoxas e se refugiam em "zonas de conforto" burocráticas.

IV. Na hipótese de fomento direto da inovação pelo controlador, a imposição de padrões tecnológicos específicos e engessados (estratégia regulatória de comando e controle) é apontada pela literatura como a melhor prática para estimular o contínuo e irrestrito desenvolvimento de inovações disruptivas futuras na sociedade.

Isso posto, assinale a alternativa que apresenta **apenas** as afirmativas CORRETAS:

- a) I e IV
- b) II e IV
- c) I, II e III
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

26. Ao avaliar a implantação de uma nova plataforma digital de logística e compras públicas no IFPI, a equipe de auditoria interna baseou seu parecer nos conceitos pragmáticos trazidos pela doutrina de Direito Público contemporânea sobre o controle da atividade administrativa. Analise as afirmações a seguir e assinale (V) para VERDADEIRO ou (F) para FALSO:

() A transição para uma fase pragmática do controle da Administração Pública exige uma visão menos idealizada das capacidades dos próprios órgãos fiscalizadores e maior atenção aos custos diretos/indiretos do controle, bem como a superação de abordagens puramente teórico-dogmáticas em prol de pesquisas empíricas e multidisciplinares.

() O incremento do controle social por meio de aplicativos tecnológicos (como o SP156 e o Eu Fiscalizo) substitui integralmente a necessidade do controle institucional realizado pelos Tribunais de Contas e pelo Ministério Público, desonerando o Estado da função de fiscalizar a aplicação dos recursos públicos.

() A inovação na gestão pública pode sofrer impacto positivo indireto do controle na medida em que a fiscalização contínua e a exigência de motivação das escolhas administrativas forcem o gestor a analisar cautelosamente as alternativas

disponíveis e a qualificar os processos decisórios para evitar imprevistos e arbitrariedades.

() O princípio da legalidade, em sua vertente mais tradicional e rígida adotada por parcela dos controladores, assume que todas as soluções administrativas válidas já se encontram minuciosamente pré-concebidas pela legislação, o que favorece ambientes abertos de testes e o experimentalismo legislativo/administrativo.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo:

- a) V – F – V – F
- b) V – V – F – F
- c) F – V – V – F
- d) F – F – V – V
- e) V – F – F – V

27. O Comitê de Inovação do Instituto Federal do Piauí (IFPI) estuda a implementação de novos arranjos para a solução de um problema técnico complexo no setor de energia renovável da região. Em vez de utilizar os tradicionais editais de oferta (como a concessão de bolsas ou fomento à infraestrutura de laboratórios), a equipe gestora optou por fundamentar a iniciativa na abordagem teórica de estímulo à demanda por inovação e nos instrumentos inseridos na Lei de Inovação (Lei nº. 10.973/2004, alterada pelo Marco Legal de CT&I - Lei nº. 13.243/2016).

Com base no referencial teórico de Edquist (2014), Edler e Georghiou (2007) e nas disposições legais, assinale a alternativa CORRETA:

- a) As políticas do lado da oferta (*supply-side*) diferenciam-se das políticas do lado da demanda (*demand-side*) por utilizarem instrumentos como regulação, poder de compra do Estado e formação de clusters, enquanto a demanda se restringe ao financiamento a fundo perdido de P&D em universidades públicas.
- b) O mecanismo de Encomenda Tecnológica (previsto no Art. 20 da Lei de Inovação) caracteriza-se pela contratação direta de

atividades de pesquisa, desenvolvimento e inovação que envolvam risco tecnológico para a solução de problema técnico específico; caso haja o fornecimento do produto ou processo resultante, a legislação prevê a dispensa do procedimento licitatório.

c) A modalidade de Compra Pré-Comercial de P&D (*Pre-Commercial Procurement - PCP*) enquadra-se no conceito estrito de compra pública de inovação de prateleira (*regular public procurement*), pois seu objetivo final é a aquisição imediata de produtos e serviços padronizados de menor preço para uso pelo órgão público.

d) O Bônus Tecnológico, introduzido pelo Marco Legal de CT&I, consiste em uma modalidade de incentivo fiscal concedida exclusivamente a grandes empresas de capital aberto para a dedução de impostos sobre os salários de cientistas estrangeiros.

e) O Marco Legal de CT&I (Lei nº. 13.243/2016) substituiu integralmente a necessidade de qualquer regulação setorial ou política de compras, estabelecendo que a inovação no Brasil depende de forma exclusiva da atuação isolada do mercado privado segundo os ditames da teoria neoclássica de informação perfeita.

28. Em um fórum de debates sobre a modernização do Estado e a agenda de governança promovido por uma Escola de Governo, discutiu-se a aplicação do conceito de Environmental, Social and Governance (ESG) no setor público brasileiro. A mesa examinou como as reformas administrativas (da burocracia ao New Public Management e à New Public Governance), somadas à teoria das instituições de Acemoglu & Robinson e North, sustentam o papel do Estado na efetivação de práticas socioambientais e de integridade. Foram formuladas quatro proposições com base nas conclusões trazidas por Nais, Gonzalez e Berto (2024):

I. Embora o acrônimo ESG tenha se popularizado no setor privado, os pilares ambiental, social e de governança já se encontravam intrínsecos ao ordenamento constitucional e infraconstitucional brasileiro (como na CF/88, no Código Florestal e na LOAS), refletindo a missão fundamental do Estado de assegurar a prevalência do interesse público sobre os interesses individuais.

II. Segundo a abordagem institucionalista adotada no artigo, a mera previsão formal de direitos ambientais e sociais no texto constitucional garante a superação da desigualdade; para essa vertente, a presença de instituições extrativistas não impede que o sistema regulatório alcance medidas efetivas, prescindindo de um ambiente institucional inclusivo.

III. A New Public Governance (Nova Governança Pública) fundamenta-se na coprodução, na co-governança e no incentivo à inovação colaborativa em rede, superando a visão exclusiva do Estado como prestador isolado de serviços para integrar múltiplos atores públicos e privados na criação de valor público.

IV. Um ambiente institucional fragilizado que tolera altos níveis de corrupção e apresenta disfunções burocráticas gera incerteza jurídica, afasta investimentos produtivos e neutraliza os benefícios do mercado, demonstrando que o combate à corrupção é condição essencial para o desenvolvimento econômico sustentável.

Isso posto, assinale a alternativa que apresenta **apenas** as afirmativas CORRETAS:

- a) I e II
- b) II e III
- c) I, III e IV
- d) I, II e IV
- e) II, III e IV

29. O Órgão de Controle Interno de uma autarquia federal realizou uma auditoria de integridade e governança corporativa com base na regulação da Lei Anticorrupção (Lei nº 12.846/2013) e do Decreto nº 11.129/2022. A auditoria buscou avaliar como as diretrizes de compliance e os Programas de Integridade das pessoas jurídicas contratadas pela Administração Pública dialogam com a dimensão de Governança (G) do ESG.

Analise as afirmações a seguir e julgue (V) para VERDADEIRO ou (F) para FALSO, com base nas lições de Nais, Gonzalez e Berto (2024):

() A Lei nº 12.846/2013 inovou no ordenamento jurídico brasileiro ao estabelecer a responsabilidade administrativa e civil objetiva das pessoas jurídicas pela prática de atos lesivos contra a administração pública nacional ou estrangeira, desnecessitando da comprovação do elemento subjetivo (dolo ou culpa) da empresa para a sua responsabilização.

() Nos termos do Decreto nº 11.129/2022, o Programa de Integridade de uma empresa deve ter estrutura estática e padronizada para todas as organizações, sendo vedada a reavaliação periódica e a adaptação do programa, de acordo com as especificidades de risco de cada pessoa jurídica.

() A existência de um Programa de Integridade efetivo exige o comprometimento visível da alta direção, canais abertos de denúncia com proteção ao denunciante de boa-fé, gestão contínua de riscos, registros contábeis precisos e procedimentos específicos para prevenir fraudes em processos licitatórios e contratos administrativos.

() A Lei Anticorrupção cumpre integralmente a sua função no pilar de governança tão somente pelo efeito punitivo e sancionatório das empresas infratoras, sendo irrelevante a modificação comportamental e a introjeção de uma cultura ética compartilhada nas relações entre o setor público e o setor privado.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA de preenchimento dos parênteses, de cima para baixo:

- a) V – F – V – F
- b) V – V – F – F
- c) F – V – V – F
- d) F – F – V – V
- e) V – F – F – V

30. A Secretaria de Gestão e Inovação de um Estado Federado está elaborando o seu Plano Diretor de Governo Digital. Durante a fase de diagnóstico teórico e estratégico, a equipe de consultoria revisou a literatura nacional e analisou o conceito multidimensional de transformação digital (Albertin & Albertin; Mergel et al.), o marco

regulatório brasileiro (Decreto nº 8.638/2016 e a Estratégia de Governança Digital) e os gargalos apontados pelos pesquisadores da área.

Foram formuladas quatro proposições técnicas com base nos achados da equipe de consultoria:

I. A transformação digital no setor público não pode ser reduzida à mera automação ou digitalização de processos (TI de sustentação); trata-se de um fenômeno complexo que envolve mudanças na cultura organizacional, redefinição dos modelos de prestação de serviços, governança e a geração de valor público para a sociedade.

II. No Brasil, o processo de normatização da transformação digital teve marcos relevantes com o Decreto nº 8.638/2016 (Política de Governança Digital) e com a Estratégia de Governança Digital (2018), que declararam o objetivo de ampliar a prestação de serviços digitais e aumentar a participação da sociedade civil no acompanhamento e execução de políticas públicas.

III. A literatura nacional recente aponta que a implementação do Governo Digital constitui uma reforma puramente técnica e restrita ao aparelho administrativo; assim, os desafios de infraestrutura instalada e de exclusão digital no acesso do cidadão às tecnologias são considerados irrelevantes para a concretização dos direitos fundamentais por meio digital.

IV. Um dos principais alertas apresentados na literatura revisada refere-se ao risco de a transformação digital sem políticas públicas transversais de inclusão e alfabetização digital aprofundar as desigualdades sociais e a exclusão dos cidadãos mais vulneráveis no acesso aos serviços públicos essenciais.

Isso posto, assinale a alternativa que apresenta **apenas** as afirmativas CORRETAS:

- a) I e III
- b) II e III
- c) I, II e IV
- d) I, III e IV
- e) II, III e IV

31. Uma organização pública decidiu implementar o Balanced Scorecard (BSC) como ferramenta de gestão estratégica e de indicadores de desempenho, alinhada a uma lógica de gestão por resultados. Na construção do mapa estratégico, a equipe responsável identificou a seguinte cadeia de relações de causa e efeito entre os objetivos estratégicos: investimentos na capacitação e no desenvolvimento de competências dos servidores devem levar à melhoria dos processos internos de atendimento, o que, por sua vez, deve aumentar a satisfação dos cidadãos-usuários e, como consequência, contribuir para o alcance de melhores resultados institucionais e orçamentários.

Essa sequência lógica de causa e efeito, conforme o modelo clássico proposto por Kaplan e Norton, corresponde, na ordem apresentada, às perspectivas de:

- a) Aprendizado e crescimento, processos internos, clientes e financeira.
- b) Processos internos, aprendizado e crescimento, clientes e financeira.
- c) Financeira, clientes, processos internos e aprendizado e crescimento.
- d) Clientes, financeira, aprendizado e crescimento e processos internos.
- e) Aprendizado e crescimento, clientes, financeira e processos internos.

32. Uma rede varejista de atuação nacional identificou que a centralização excessiva das decisões na matriz estava causando lentidão nas respostas às demandas específicas de cada regional, prejudicando a competitividade local. Para solucionar esse problema, a alta administração decidiu descentralizar parte do processo decisório, delegando maior autoridade aos gerentes regionais para decisões operacionais e comerciais do dia a dia.

Considerando os conceitos de centralização, descentralização, delegação, coordenação e controle na Teoria Geral da Administração, assinale a afirmação CORRETA sobre essa mudança organizacional:

- a) A descentralização elimina a necessidade de mecanismos de coordenação entre as

regionais e a matriz, já que cada unidade passa a operar de forma totalmente independente.

b) Ao delegar autoridade decisória aos gerentes regionais, a alta administração transfere também a responsabilidade final pelos resultados da empresa, eximindo-se de qualquer prestação de contas.

c) A descentralização tende a exigir o fortalecimento dos mecanismos de coordenação e o redesenho dos sistemas de controle, de modo que a matriz continue orientando as unidades regionais rumo aos objetivos organizacionais, ainda que sem centralizar as decisões operacionais do dia a dia.

d) A centralização e a descentralização são conceitos mutuamente excludentes, de modo que uma organização deve adotar um único modelo, de forma permanente e uniforme, para todas as suas decisões.

e) A delegação de autoridade é sinônimo de descentralização, sendo ambos os termos utilizados na literatura administrativa exatamente com o mesmo significado e abrangência.

33. Um determinado modelo de administração pública caracteriza-se pela ênfase no controle rígido dos processos e dos meios (e não necessariamente dos resultados), pela hierarquia formal, pela impessoalidade no trato com os cidadãos e pela profissionalização do serviço público, tendo surgido historicamente como reação às práticas de nepotismo e clientelismo típicas do modelo anterior. No Brasil, esse modelo foi formalmente implementado, sobretudo, a partir da criação do Departamento Administrativo do Serviço Público (DASP), em 1938.

Esse modelo de administração pública é conhecido como:

- a) Patrimonialista.
- b) Consensual.
- c) Gerencial.
- d) Burocrático.
- e) Corporativista.

34. Um(a) reitor(a) recém-eleito(a) de um Instituto Federal conta com ampla legitimidade política junto à comunidade acadêmica, tendo

obtido expressivo apoio do Conselho Superior e dos segmentos de docentes, técnico-administrativos e discentes para conduzir seu Plano de Gestão. Entretanto, ao tentar implementar as diretrizes previstas no Plano de Desenvolvimento Institucional (PDI), a instituição enfrenta sérias dificuldades decorrentes da baixa capacidade técnica, gerencial e institucional de suas áreas administrativas para planejar, monitorar e executar de forma eficaz as ações estratégicas definidas.

Essa situação ilustra, respectivamente, a distinção entre os conceitos de:

a) Governança e governabilidade, pois governança se refere às condições políticas de legitimidade da gestão, enquanto governabilidade se refere à capacidade técnico-administrativa da instituição.

b) Governabilidade e governança, pois governabilidade se refere às condições políticas de legitimidade e ao apoio da comunidade acadêmica ao exercício da gestão, enquanto governança se refere à capacidade técnico-administrativa, gerencial e institucional da organização para formular e implementar suas políticas e planos.

c) *Accountability* horizontal e *accountability* vertical, pois ambas dizem respeito exclusivamente aos mecanismos de controle exercidos pelo Conselho Superior e pelos órgãos de controle externo sobre a gestão da instituição.

d) Governabilidade e *accountability*, sendo esta última um sinônimo de capacidade técnico-administrativa da instituição para implementar suas políticas.

e) Transparência e controle social, uma vez que ambos os conceitos tratam exclusivamente da capacidade da comunidade acadêmica de fiscalizar a gestão da instituição, sem qualquer relação com sua capacidade administrativa.

35. Leia a notícia a seguir.

Rio exonera 6,1 mil comissionados e prevê economia de R\$ 221 milhões

A atual gestão do governo do estado do Rio de

Janeiro cortou mais de 6 mil cargos em comissão em todos os órgãos da administração, de um total de 14.340 comissionados existentes em março de 2026. A projeção é que a medida gere uma economia de R\$ 221 milhões até dezembro.

Grande parte dos servidores exonerados sequer tinha senhas de acesso aos sistemas do Estado, como o SEI, sendo considerados funcionários fantasmas. Os comissionados fantasmas apareciam apenas uma vez por mês para assinar a folha de ponto.

(...)

Há previsão de novas exonerações conforme os trabalhos de auditoria em andamento no Gabinete de Segurança Institucional e na Controladoria Geral do Estado forem concluídos.

As nomeações do primeiro escalão realizadas desde março são compostas, em sua maioria, por servidores de carreira. Em todos os níveis, os escolhidos passam por avaliação do Gabinete de Segurança Institucional (GSI). As decisões têm como premissa fundamental a preservação do erário e a aplicação responsável e eficiente dos recursos públicos baseada em eficiência, transparência e resultados.

(...)

Disponível em: <https://www.opovo.com.br/noticias/politica/2026/08/25/rio-exonera-61-mil-comissionados-e-preve-economia-de-rs-221-milhoes.html>. (Fragmentos). Acesso em: 29 de ago. 2026.

Considerando o trecho apresentado e a evolução dos modelos de Administração Pública no Brasil, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A situação demonstra a substituição do modelo patrimonialista pelo burocrático, uma vez que a realização de auditorias e a valorização dos servidores de carreira são incompatíveis com a permanência de práticas patrimonialistas.
- b) A orientação para eficiência, transparência e resultados evidencia a consolidação do modelo gerencial, que substitui os controles formais e a profissionalização característicos da Administração Burocrática.
- c) A notícia retrata exclusivamente disfunções administrativas, não sendo possível relacioná-las com os modelos patrimonialista, burocrático

ou gerencial.

d) Os elementos apresentados permitem identificar a coexistência de características associadas aos modelos patrimonialista, burocrática e gerencial, uma vez que a incorporação de práticas associadas a modelos posteriores não eliminou integralmente características de modelos anteriores.

e) A presença simultânea de controles administrativos, servidores de carreira e orientação para resultados descaracteriza os modelos clássicos de Administração Pública, indicando a emergência de um novo modelo.

36. Segundo a proposta de reforma do aparelho do Estado, formulada por Bresser-Pereira, o aparelho do Estado pode ser compreendido a partir de quatro setores. Considere, em um governo estadual, as seguintes estruturas e atividades:

I. Universidade mantida pelo Estado;

II. Governador e secretários de Estado e alta administração;

III. Companhia estadual de energia elétrica, controlada pelo Estado;

IV. Órgão responsável pela arrecadação e fiscalização tributária.

Essas estruturas correspondem, RESPECTIVAMENTE, aos setores:

- a) Atividades exclusivas; núcleo estratégico; serviços não-exclusivos; produção de bens e serviços.
- b) Produção de bens e serviços; núcleo estratégico; serviços não-exclusivos; atividades exclusivas.
- c) Atividades exclusivas; núcleo estratégico; produção de bens e serviços; serviços não-exclusivos.
- d) Serviços não-exclusivos; núcleo estratégico; atividades exclusivas; produção de bens e serviços.
- e) Serviços não-exclusivos; núcleo estratégico; produção de bens e serviços; atividades exclusivas.

37. No contexto da reforma gerencial do aparelho do Estado, determinada proposta de reorganização contempla as seguintes medidas:

I. Manutenção, no âmbito estatal, da alta administração responsável pela formulação das políticas públicas;

II. Descentralização de atividades de fiscalização e regulação, mantendo-as no aparelho estatal;

III. Transferência de execução de determinados serviços sociais não-exclusivos para entidades públicas não-estatais, submetidas a metas e controle de resultados;

IV. Transferência ao setor privado de empresa estatal que produz bens e serviços em setor no qual o mercado apresenta condições de exercer controle competitivo.

À luz da estrutura da reforma proposta por Bresser-Pereira, assinale a alternativa CORRETA.

a) As medidas I e II são compatíveis com a reforma; a III não é compatível, visto que serviços não-exclusivos devem permanecer sob propriedade estatal.

b) As medidas II e III correspondem ao mesmo processo de transferência para o setor público não-estatal.

c) As quatro medidas são compatíveis com a diferenciação proposta entre os setores.

d) A medida IV é incompatível com a reforma, visto que uma atividade no setor de produção de bens e serviços para o mercado pressupõe execução por empresa estatal.

e) A medida III corresponde à privatização dos serviços não-exclusivos, submetendo-os à propriedade privada e à finalidade lucrativa.

38. Uma organização pública implantou duas iniciativas em gestão de pessoas. Na primeira, servidores receberam capacitação para operar um novo sistema eletrônico em atividades que já desempenham. Na segunda, servidores com potencial de liderança passaram a participar de experiências relevantes para futuras posições gerenciais.

Considerando os conceitos de treinamento e desenvolvimento, assinale a alternativa CORRETA.

a) A primeira caracteriza treinamento, por estar orientada ao cargo atual. A segunda caracteriza desenvolvimento, por estar orientada à aquisição de competências para responsabilidades futuras.

b) A primeira caracteriza treinamento, por estar orientada à aquisição de competências para responsabilidades futuras. A segunda caracteriza desenvolvimento, por estar orientada ao cargo atual.

c) A primeira caracteriza desenvolvimento, por aperfeiçoar competências profissionais. A segunda caracteriza treinamento, por preparar servidores para funções específicas.

d) A primeira caracteriza desenvolvimento, por preparar servidores para funções específicas. A segunda caracteriza treinamento, por aperfeiçoar competências profissionais.

e) A distinção entre as iniciativas depende da técnica utilizada, uma vez que treinamento e desenvolvimento se distinguem pelo uso do método dentro ou fora do trabalho.

39. Uma organização estruturou quatro ações de treinamento:

I. Disponibilizou instrução programada e conteúdo assistido por computador para transmitir normas técnicas e procedimentos aos empregados;

II. Utilizou dramatizações para desenvolver a capacidade dos participantes de lidar com conflitos interpessoais;

III. Promoveu jogos empresariais para estimular a tomada e a avaliação de decisão;

IV. Transferiu temporariamente empregados entre diferentes cargos durante a jornada de trabalho, a fim de ampliar a visão deles sobre a organização.

De acordo com a classificação das técnicas de treinamento apresentadas por Chiavenato, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A ação I é orientada para processo; a II, para conteúdo; a III é mista; a IV é treinamento fora do trabalho.
- b) A ação I é orientada para conteúdo; a II, para processo; a III é mista; a IV caracteriza rotação de cargos.
- c) As ações I e II são orientadas para conteúdo; a III é orientada para processo; a IV caracteriza técnica de desenvolvimento de carreira
- d) A ação I é orientada para o conteúdo; as ações II e III são orientadas exclusivamente para o processo; e a IV caracteriza desenvolvimento fora do cargo, por envolver movimentação funcional.
- e) As ações I e III são técnicas mistas; a II é orientada para o processo; e a IV não constitui treinamento, pois a movimentação entre cargos corresponde exclusivamente a uma técnica de desenvolvimento de carreira.

40. Uma empresa de software decidiu concentrar suas atividades no desenvolvimento de softwares de gestão de clínicas veterinárias de pequeno porte. Seus sistemas, atendimento e atualizações são concebidos para as necessidades específicas desse segmento.

Considerando as estratégias genéricas de Porter, a empresa adotou a estratégia de:

- a) Foco em diferenciação, com seleção deliberada de um segmento competitivo estreito com necessidades específicas.
- b) Liderança em custos, com delimitação do mercado possibilitando reduzir complexidade operacional.
- c) Integração vertical, com especialização em um único segmento possibilitando maior controle sobre as atividades ao longo da cadeia de serviço.
- d) Diferenciação, com projeção de forte identidade própria do serviço e oferta de atributos valorizados pelo mercado de forma abrangente.
- e) Diversificação, com competências tecnológicas comuns às necessidades de um segmento específico.

41. A estrutura organizacional do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Piauí (IFPI), definida pela Resolução Normativa nº 271/2026 do Conselho Superior, contempla:

I. Reitoria;

II. 5 Pró-Reitorias: Administração; Desenvolvimento Institucional; Ensino; Extensão; e Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação;

III. 23 *campi* distribuídos pelo estado piauiense;

IV. nos *campi*, Diretoria-Geral, Diretoria de Ensino e Departamento/Diretoria de Administração e Planejamento.

Considerando os critérios de departamentalização organizacional, assinale a alternativa CORRETA.

- a) A estrutura apresenta departamentalização por produtos, uma vez que os *campi* ofertam diferentes cursos e serviços educacionais.
- b) A organização em Pró-Reitorias evidencia departamentalização por processos, e a distribuição em *campi* caracteriza departamentalização geográfica.
- c) A coexistência de *campi* e Pró-Reitorias caracteriza estrutura matricial, implicando em dupla autoridade sobre as unidades organizacionais.
- d) A distribuição em *campi* evidencia departamentalização geográfica, e a organização em Pró-Reitorias caracteriza departamentalização funcional.
- e) A estrutura apresenta departamentalização exclusivamente funcional, visto que os *campi* integram apenas uma instituição e são vinculados à Reitoria.

42. Nos últimos anos, montadoras chinesas ampliaram sua atuação no mercado automobilístico brasileiro, passando a disputar consumidores com fabricantes tradicionais no país.

Considerando, para fins de análise, a indústria automobilística brasileira como setor competitivo

relevante, assinale a alternativa que identifica a força de Porter mais diretamente intensificada pela ampliação da presença das montadoras.

- a) Poder de barganha dos fornecedores, em razão da maior demanda por componentes e insumos.
- b) Ameaça de produtos substitutos, em razão da tecnologia distinta oferecida que atende à mesma necessidade de mobilidade.
- c) Rivalidade entre os concorrentes existentes, em razão do aumento do número de empresas que disputam os mesmos consumidores e participação de mercado no mesmo setor.
- d) Poder de barganha dos compradores, em razão da ampliação do número de marcas, que aumenta necessariamente a capacidade dos compradores de impor preços às empresas.
- e) Ameaça de novos entrantes, em razão de as montadoras permanecerem como concorrentes potenciais das fabricantes tradicionais no país.

43. Considerando o ciclo orçamentário brasileiro e a relação entre os instrumentos de planejamento previstos no art. 165 da Constituição Federal, analise as afirmativas a seguir.

I. O Plano Plurianual (PPA) estabelece, de forma regionalizada, as diretrizes, objetivos e metas da administração pública para as despesas de capital e outras delas decorrentes, com vigência de quatro anos.

II. A Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) compreende as metas e prioridades da administração pública, orienta a elaboração da Lei Orçamentária Anual (LOA) e dispõe sobre alterações na legislação tributária.

III. A Lei Orçamentária Anual (LOA) deve ser elaborada em compatibilidade com o PPA e com as diretrizes fixadas pela LDO, sendo vedada a inclusão de dispositivos estranhos à previsão de receita e à fixação de despesa.

IV. Uma vez sancionada, a LOA não admite qualquer alteração durante o exercício financeiro, ainda que por meio de lei específica.

Estão CORRETAS **apenas** as afirmativas:

- a) I e IV
- b) I, II e III
- c) I, II e IV
- d) II e III
- e) II, III e IV

44. Julgue os itens a seguir como VERDADEIROS (V) ou FALSOS (F) e assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA.

() A inexigibilidade de licitação caracteriza-se pela inviabilidade de competição, como nos casos de contratação de fornecedor exclusivo ou de profissional de notória especialização para serviços técnicos singulares.

() A dispensa de licitação pressupõe viabilidade de competição, mas a lei autoriza a não realização do certame em hipóteses taxativamente previstas, como nas contratações de pequeno valor.

() O credenciamento e o procedimento de manifestação de interesse são exemplos de instrumentos auxiliares previstos na Lei nº 14.133/2021 para as contratações públicas.

() A contratação direta, seja por dispensa ou por inexigibilidade, dispensa a formalização de processo administrativo, ato que se destina exclusivamente às licitações formais.

A sequência CORRETA é:

- a) F – F – V – V
- b) F – V – F – V
- c) V – F – V – F
- d) V – V – F – V
- e) V – V – V – F

45. Associe os poderes administrativos listados na Coluna I às suas respectivas definições apresentadas na Coluna II.

Coluna I

1. Poder Hierárquico
2. Poder Disciplinar
3. Poder Regulamentar
4. Poder de Polícia

Coluna II

() Faculdade de a Administração Pública restringir o exercício de direitos e liberdades individuais em favor do interesse público, condicionando e limitando atividades privadas.

() Prerrogativa de organizar, escalonar e distribuir as funções de seus órgãos, ordenando e revendo a atuação de seus agentes.

() Faculdade de apurar infrações funcionais e aplicar penalidades a servidores e demais pessoas sujeitas à disciplina administrativa.

() Prerrogativa conferida aos Chefes do Poder Executivo para editar decretos e regulamentos com vistas à fiel execução da lei.

Assinale a alternativa que apresenta a sequência CORRETA, de cima para baixo:

- a) 1 – 2 – 3 – 4
- b) 1 – 4 – 2 – 3
- c) 2 – 1 – 4 – 3
- d) 4 – 1 – 2 – 3
- e) 4 – 2 – 1 – 3

46. O Marco Legal de Ciência, Tecnologia e Inovação (Lei nº. 13.243/2016) tem por objetivo, entre outros aspectos, estimular a construção de ambientes especializados e cooperativos de inovação, favorecendo a aproximação entre Instituições Científicas, Tecnológicas e de Inovação (ICTs) e o setor produtivo.

O instrumento que consiste em espaço físico destinado a abrigar, de forma temporária, empreendimentos que tenham na inovação seu principal diferencial competitivo, oferecendo infraestrutura compartilhada e apoio gerencial, denomina-se:

- a) Ambiente promotor da inovação.
- b) Incubadora de empresas.
- c) Núcleo de Inovação Tecnológica (NIT).
- d) Parque tecnológico.
- e) Polo de inovação.

47. Uma entidade apresenta Ativo Circulante de R\$ 500.000,00, Estoques de R\$ 100.000,00 e Passivo Circulante de R\$ 250.000,00.

O índice de Liquidez Seca dessa entidade, calculado pela razão entre o Ativo Circulante deduzido dos estoques e o Passivo Circulante, corresponde a:

- a) 1,0
- b) 1,2
- c) 1,6
- d) 2,0
- e) 2,4

48. Uma empresa apresenta Prazo Médio de Estocagem (PME) de 40 dias, Prazo Médio de Recebimento de Vendas (PMRV) de 30 dias e Prazo Médio de Pagamento a Fornecedores (PMPF) de 25 dias.

O Ciclo Financeiro (ou Ciclo de Caixa) dessa empresa, calculado como a soma de PME e PMRV deduzida do PMPF, corresponde a:

- a) 5 dias
- b) 15 dias
- c) 45 dias
- d) 70 dias
- e) 95 dias

49. No contexto dos sistemas de informação aplicados à Administração Pública, o conjunto de tecnologias, processos e práticas voltado à coleta,

à integração, à análise e à apresentação de dados organizacionais, com o objetivo de subsidiar a tomada de decisão gerencial por meio de painéis, relatórios e indicadores de desempenho, é denominado:

- a) Business Intelligence (BI).
- b) Data Warehouse.
- c) Enterprise Resource Planning (ERP).
- d) Sistema de Apoio à Decisão Individual.
- e) Sistema de Processamento de Transações (SPT).

50. Uma autarquia federal iniciou um diagnóstico de sua gestão da informação, identificando que dados relevantes para a tomada de decisão encontravam-se dispersos, duplicados e sem padronização entre as diferentes unidades administrativas. Conforme CHOO (2003), a gestão da informação organiza-se em um ciclo contínuo, que vai da identificação das necessidades informacionais ao uso e ao descarte da informação, subsidiando a construção de significado e a tomada de decisão organizacional.

Com base nesse ciclo, a comissão responsável pelo diagnóstico propôs a estruturação da gestão da informação na organização. A esse respeito, analise as afirmativas:

I. A gestão da informação é um processo essencialmente técnico, de responsabilidade da área de Tecnologia da Informação (TI), não cabendo às áreas de negócio da organização a definição de políticas, papéis e responsabilidades sobre os dados que produzem e utilizam.

II. A qualidade da informação disponibilizada aos gestores está associada a atributos como exatidão, tempestividade, relevância e completude, os quais devem orientar a definição de padrões e rotinas de gestão da informação na organização.

III. O descarte de informações registradas em documentos arquivísticos deve observar critérios técnicos e legais de temporalidade e destinação, não podendo ser realizado a critério exclusivo do gestor da unidade, ainda que a informação pareça, a princípio, de pouca relevância.

IV. A integração entre sistemas de informação distintos tende, por si só, a assegurar a qualidade dos dados neles consolidados, tornando dispensáveis rotinas complementares de padronização e de validação.

Estão CORRETAS **apenas** as afirmativas:

- a) I e II
- b) I e IV
- c) II e III
- d) II e IV
- e) III e IV